

Com Juliano Rodrigues juliano.rodrigues@zerohora.com.br 3218-4387



POLÍTICA +

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br
@rosaneoliveira

CONTA CAI DE R\$ 971 MILHÕES PARA R\$ 237 MILHÕES

Uma novela que envolve quase R\$ 1 bilhão em recursos públicos está próxima do epílogo. Trata-se da chamada Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) que vem sendo paga aos magistrados a título de isonomia com os deputados federais pelo auxílio-moradia que receberam de 1994 até 1998. Pela fórmula de correção usada pelo Tribunal de Justiça, a conta chegaria a R\$ 971 milhões. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) contestou o valor, o TJ refez os cálculos e o débito caiu para R\$ 237 milhões (dados de abril).

Falta agora o pleno do Tribunal de Contas votar o relatório do conselheiro

Marco Peixoto para fazer o recálculo de quanto caberá a cada juiz e desembargador. Pela fórmula anterior, o valor ficava entre R\$ 750 mil e R\$ 1 milhão para cada magistrado. Os pagamentos começaram a ser feitos logo no início da gestão de Leo Lima na presidência.

O presidente do TJ, desembargador José Aquino Flôres de Camargo, quer deixar essa pendência resolvida antes de entregar o cargo ao sucessor.

O direito à PAE foi questionado pelo Ministério Público de Contas, mas o pleno do TCE reconheceu a legitimidade do pagamento. Auditores do TCE fizeram uma inspeção especial e constataram discrepância entre o

valor apurado pelo TJ e o que seria devido. Pelos cálculos dos auditores, o máximo seria de R\$ 184 milhões.

Como se explica uma diferença tão grande? O TJ usou como índice de correção o IGPM mais juro de 1% ao mês. O TCE entendeu que o indexador deveria ser o mesmo usado pela Justiça Federal. À época, era a Taxa de Referência (TR), mas, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal determinou que se usasse o INPC ou o IPCA (dependendo do caso).

Presidente do Conselho de Comunicação Social do TJ, o desembargador Túlio Martins diz que Aquino vai acatar o que o TCE decidir. O pagamento vem sendo feito de acordo

com a disponibilidade de orçamento. No mês passado, os magistrados receberam cerca de R\$ 6 mil (o total varia de acordo com o que cada um tem a receber). Não há como saber qual é o valor atualizado do saldo devedor, porque o cálculo é individual e corrigido todos os meses. Túlio Martins garante que a maioria absoluta dos magistrados ainda não recebeu todo o valor a que tem direito, mesmo considerando-se os números do TCE.

Da Camino discorda e pediu medida cautelar para que os pagamentos da PAE sejam suspensos até o julgamento do processo, que ficou mais de um ano parado no gabinete do conselheiro Marco Peixoto.

NEGOCIAÇÕES CONGELADAS

Não avançaram as negociações entre o Palácio Piratini e o Tribunal de Justiça para pagar o 13º salário de servidores e magistrados com um empréstimo do Banrisul.

O governo alega que, se repassar os recursos para os demais poderes, não terá como pagar o salário dos servidores do Executivo.

A decisão terá de ser tomada nos próximos 10 dias, porque o empréstimo precisa ser aprovado pela Assembleia Legislativa.

TODOS OS MESES, A SECRETARIA DA FAZENDA VEM USANDO RECURSOS DAS ESTATAIS E DOS OUTROS PODERES, DEPOSITADOS NO CAIXA ÚNICO, PARA PAGAR SALÁRIOS DE SERVIDORES PÚBLICOS. TOMA EMPRESTADO E REPÓE DIAS DEPOIS.

SOB MEDIDA PARA REFORÇAR O CAIXA

Na busca por recursos para fechar as contas de 2015, o governo estadual protocolou ontem projeto que autoriza as empresas que receberam benefícios do programa Fomentar a antecipar a quitação de débitos, com um generoso desconto.

O projeto foi desenhado sob medida para a General Motors devolver, agora, R\$ 300 milhões que teria de pagar no futuro.

No governo Tarso Genro, a GM já antecipou pagamentos para ajudar o governo a tapar buracos nas contas no final do ano.

ALIÁS

Depois de discutir a política de combate à sonegação fiscal, o deputado Gabriel Souza quer colocar em debate as dívidas que estão em cobrança judicial. O governo reclama que, para cada Vara que cobra os devedores, há 10 cuidando de processos contra o Estado.



Promovido pelo deputado Gabriel Souza (PMDB), o seminário para debater a sonegação fiscal no Rio Grande do Sul teve escassos pontos de consenso. Todos os participantes concordaram com o óbvio – que é preciso combater a sonegação – mas divergiram nos métodos.

– Cada corporação tem a sua visão do que é mais eficaz – constatou Gabriel.

O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Geraldo da Camino (à direita na foto, com Gabriel Souza), voltou a reclamar

COMBATE À SONEGAÇÃO

do que chama de “caixa-preta” da Secretaria da Fazenda. Disse que o governo oculta dados ao Tribunal de Contas, alegando respeito ao sigilo fiscal, mas assinou contrato com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) estabelecendo que os consultores e até estagiários que tiverem acesso aos dados secretos terão o compromisso de preservá-los.

– O guardião do sigilo é o Estado, não a Fazenda – argumentou.

Subsecretário da Receita Estadual, Mario Wunderlich defendeu os procedimentos e disse que os dados fornecidos aos técnicos do PGQP são “mascarados”, sem nome e sem o CNPJ das empresas.

Representantes dos auditores fiscais reclamaram da falta de pessoal e defenderam a nomeação dos aprovados no último concurso. O argumento é que cada auditor recupera, por ano, R\$ 60 milhões para os cofres públicos.

EM DEFESA DOS PREMATUROS

Projeto protocolado ontem pela deputada Miriam Marroni (PT) amplia o tempo das licenças maternidade e paternidade para mães e pais de bebês prematuros.

Hoje é celebrado o Dia Mundial da Prematuridade. No Rio Grande do Sul, 12 em cada cem bebês nascem antes das 37 semanas de gravidez. Pelo projeto, o tempo que o bebê permanecer sob cuidados hospitalares será somado à licença-maternidade, que hoje é de 180 dias.

OAB ESCOLHE NOVO COMANDO

Das 9h às 17h de hoje, os mais de 100 mil advogados gaúchos irão às urnas para escolher as diretorias da OAB-RS e das subseções no Interior.

Duas chapas concorrem ao comando da entidade no Estado. A da situação é encabeçada pelo atual secretário-geral, Ricardo Breier. Apesar de oposição foi homologada pela Comissão Eleitoral. É a Muda OAB-RS, que tem Paulo Torelli como candidato a presidente.